

ATAS

ACTA NÚMERO 147

Aos quinze dias do mês de Maio de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, na sua sede, sita na Rua Julieta Ferrão, n.º 12, 3º Piso, 1600-131 Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), com o NIPC 501617523, convocada nos termos do disposto no Artigo 20.º, n.º 2, dos seus Estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um - Apreciação e votação do Relatório e Contas de 2024

Ponto Dois – Ratificação da cooptação da Vice-Presidente da Direção Maria Estarreja;

A Mesa da Assembleia foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Luís Arantes Sampaio Fontes, Pelo Vice – Presidente, Rui Jorge do Rosário Rego, e pelo primeiro secretário, Miguel Portela Morais, os dois últimos presentes através da plataforma Zoom.

À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, conforme previsto no artigo 20.º, n.º 4, dos Estatutos da FPR, pelo que se decidiu aguardar pela hora fixada para a segunda convocatória (18h30).

Às 18h30, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu início aos trabalhos, após verificar a presença de 31 delegados.

Foram igualmente registadas as presenças do Senhor Presidente da Direção, Eng. Carlos Alberto Amado Pereira da Silva, dos Vice-Presidentes Ricardo Nunes e António Folgado, de José Paulo Seruca e Trigo de Moraes (ambos do Conselho Fiscal), e do ROC, Nuno da Fonte. Estiveram ainda presentes funcionários da Federação, nomeadamente Mário Costa, Ana Martins, Nuno Salvador, Etelvina e Diogo Pina, prestando apoio técnico à sessão, incluindo o suporte informático relacionado com a plataforma Zoom e a gravação da reunião.

Antes do início da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa informou ter recebido pedidos de participação na Assembleia por parte de diversas pessoas, nos termos do artigo 20.º, n.º 10 dos Estatutos, que estabelece: Têm direito a participar nos trabalhos da Assembleia, sem direito a voto, os sócios honorários dos mesmos órgãos sociais da Federação, bem como outras pessoas, cuja presença seja autorizada por todos os delegados presentes na Assembleia. Neste contexto, foi proposta a autorização para a participação, sem direito a voto, das seguintes pessoas: Gonçalo Uva, José Lima, Vasco Uva, Madalena Constantino (Setúbal), Nuno Rodrigues (Rugby da Moita), Carlos Santana (Évora), António Aguilar Filho e Gonçalo Foro.

O Presidente da Mesa questionou os delegados presentes sobre a existência de alguma objeção à presença dos referidos convidados. Não tendo sido manifestada qualquer oposição, considerou-se aprovada, por unanimidade dos delegados presentes, a sua participação na sessão, exclusivamente na qualidade de ouvintes, nos termos do artigo 20.º, n.º 10 dos Estatutos.

Seguidamente, foi concedida a palavra ao delegado Luís Lança de Morais (GDD), que saudou os presentes e o Presidente da Mesa, expressando concordância com a autorização concedida e considerando bem-vinda a presença das pessoas indicadas.

ATAS

Em resposta à sua intervenção, o Presidente da Mesa esclareceu que, embora estivessem 39 pessoas ligadas à sessão por via digital, apenas 31 eram delegados efetivamente credenciados e com direito a voto. Reforçou, ainda, que a autorização para a presença dos referidos convidados foi dada por unanimidade e ao abrigo do artigo 20.º, n.º 10 dos Estatutos da FPR, mantendo-se, naturalmente, a ausência de direito a voto. O Presidente agradeceu a todos e declarou formalmente autorizada a entrada dos participantes referidos na Assembleia.

Foi pedida a palavra ao delegado Francisco Figueiredo, Presidente do CDUL, que questionou a possibilidade de representar os delegados do CDUL por procuração. O Presidente da Mesa esclareceu que tal é vedado pelos Estatutos da FPR, sendo obrigatória a presença efetiva dos delegados.

O delegado Pedro Lucas, representante do Clube de Rugby do Técnico, tomou a palavra para recordar que, em 24 de abril, foi submetido um requerimento à Mesa da Assembleia Geral, dirigido especificamente ao Sr. Presidente, a propósito do número de delegados atribuídos ao seu clube. Referiu que, na ótica do Clube de Rugby do Técnico, deveriam ser-lhe reconhecidos cinco delegados, de acordo com os critérios estatutários e regulamentares em vigor. Contudo, segundo relatado, por decisão do Presidente da Assembleia Geral e face à existência de questões jurídicas pendentes, foi determinada a redução do número de delegados de cinco para dois. Assinalou ainda que, mesmo em casos de ausência justificada por motivo de força maior, foi recusada a possibilidade de nomeação de delegados substitutos para garantir a representação mínima. Pedro Lucas considerou esta decisão uma irregularidade e ilegalidade, defendendo que o seu clube cumpre todos os requisitos legais e regulamentares, nomeadamente a inscrição de equipas em todas as competições, já com a designação “Clube de Rugby do Técnico”, após a resolução da situação junto da respetiva associação de estudantes. Concluiu a sua intervenção sublinhando que, após vários meses de espera, o clube continua sem resposta formal da Mesa quanto ao teor da decisão tomada e aos fundamentos da mesma.

O Presidente da Mesa respondeu à intervenção do delegado Pedro Lucas (CR Técnico), esclarecendo que o requerimento apresentado em 24 de abril foi alvo de nova insistência por parte do clube, nomeadamente no dia anterior à presente sessão. Em consequência, solicitou aos serviços da Federação esclarecimentos adicionais, em particular ao assessor jurídico, por não dispor de informação pessoal atualizada sobre eventuais decisões judiciais relacionadas com o caso. Informou, contudo, que o referido assessor jurídico se encontrava recentemente hospitalizado por motivo de saúde, tendo recebido alta apenas no dia anterior à Assembleia, o que inviabilizou a recolha atempada dos elementos solicitados. O Presidente declarou, por isso, que não emitirá qualquer despacho sobre o requerimento enquanto não estiver devidamente informado pelos serviços competentes da Federação. Quanto à questão do número de delegados do CR Técnico, explicou que a lista de delegados foi fixada aquando das últimas eleições e tem validade para o quadriénio subsequente, tendo sido então atribuído ao CR Técnico o direito a dois delegados, conforme os critérios aplicáveis na altura. Assumiu o compromisso de, caso existam

ATAS

decisões judiciais transitadas em julgado que contrariem essa deliberação, reavaliar a situação com base nas informações oficiais disponíveis, comunicando uma decisão fundamentada assim que estiver esclarecida. Reforçou que a substituição de delegados obedece a uma janela temporal específica, estabelecida nos regulamentos e estatutos da FPR, e que essa regra é aplicada uniformemente a todos os clubes. Sublinhou que sempre que os pedidos de substituição foram apresentados dentro do prazo estipulado, os mesmos foram aceites. Concluiu garantindo que a Federação continuará a atuar em conformidade com a legislação nacional, os seus Estatutos e os regulamentos em vigor.

Seguidamente, o Presidente da Mesa solicitou autorização aos delegados para a gravação da sessão, exclusivamente para efeitos de apoio à elaboração da respetiva ata, informando que a gravação seria eliminada após a sua conclusão e assinatura. Questionou os presentes quanto à existência de oposição à gravação. Não se tendo verificado qualquer manifestação contrária, a autorização para a gravação da sessão foi considerada aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa declarou, então, formalmente aberta a ordem de trabalhos da Assembleia Geral.

Informou que o **primeiro ponto da ordem de trabalhos** consistia na apreciação e votação do Relatório e Contas de 2024. Para tal, concedeu a palavra ao Presidente da Direção para a apresentação do referido documento.

O Presidente da Direção tomou a palavra para dar início à apresentação do Relatório e Contas de 2024, cumprimentando todos os presentes. Expressou o desejo de que a Assembleia pudesse decorrer em formato presencial, realçando que o contacto direto entre os participantes favorece a comunicação e a compreensão mútua. Lamentou a ausência de alguns delegados e saudou aqueles que, não sendo delegados, demonstraram interesse em assistir à sessão, considerando tal envolvimento como um sinal positivo de compromisso com a modalidade. O Presidente alertou para a necessidade de rigor e responsabilidade na utilização da informação partilhada em sede de Assembleia, referindo que têm sido publicados artigos de opinião com interpretações que considera incorretas ou inverídicas. Citou, a título de exemplo, um artigo recentemente publicado por Vasco Uva, apelando a todos para que se atenham ao conteúdo efetivamente discutido e registado, salientando que a transparência e a boa-fé são pilares fundamentais da saúde institucional da Federação e do rugby nacional. Enalteceu a colaboração ativa de antigos jogadores e dirigentes no desenvolvimento da modalidade, com destaque para a geração de 2007, cujos elementos têm continuado a apoiar o rugby nacional de forma construtiva. Reforçou que o ponto em apreciação era o Relatório e Contas de 2024, solicitando que as intervenções se centrassem exclusivamente nesse tema, deixando outras matérias para fóruns mais apropriados. Não obstante, e face à circulação de rumores e interpretações sobre o processo relacionado com o Clube de Rugby do Técnico, entendeu ser oportuno prestar um breve esclarecimento preliminar: Não existe qualquer dívida da Federação Portuguesa de Rugby para com o Clube de Rugby do Técnico; Não há qualquer sentença judicial transitada em julgado que condene a Federação nessa

ATAS

matéria; O parecer do Conselho Fiscal do Técnico foi transscrito por iniciativa do Conselho Fiscal da FPR, num gesto de total transparência; Foram realizadas reuniões com o Conselho Fiscal onde todos os esclarecimentos foram prestados. Justificou ainda a ausência de aprofundamento do tema com o internamento hospitalar do assessor jurídico, Dr. José Carlos Augusto, sublinhando que todas as dúvidas legítimas poderão ser esclarecidas fora do âmbito da presente Assembleia. Referiu que o processo com o Clube de Rugby do Técnico já foi amplamente debatido em ocasiões anteriores e reiterou de forma categórica que não existe qualquer dívida da FPR para com aquele clube, lamentando ainda a apresentação de uma queixa-crime contra si próprio, em virtude de declarações prestadas numa entrevista — facto que, segundo afirmou, traduz o grau de tensão envolvido na questão. Voltou a solicitar que a discussão se centrasse no Relatório e Contas de 2024, apelando à serenidade e ao foco institucional. No que respeita à situação financeira da FPR, o Presidente da Direção informou que: No início do seu mandato, a Federação apresentava uma dívida superior a 500 mil euros, tendo sido ponderada a venda da sede para regularizar compromissos; A pandemia e a participação no Mundial de Rugby acarretaram custos elevados, originando um prejuízo acumulado de cerca de 1 milhão de euros nos últimos três anos; Persistem atrasos nos pagamentos por parte de entidades públicas, nomeadamente relativos a salários de jogadores e equipa técnica durante o Mundial; Em 2024, o prejuízo foi reduzido para cerca de 50 mil euros, num orçamento global de quase 3 milhões de euros, evidenciando uma trajetória de recuperação; O imóvel da sede tem uma valorização patrimonial estimada em 1,5 milhões de euros; Existe um empréstimo de 500 mil euros (contraído durante a pandemia), com condições favoráveis e garantido pelo Estado, cujo saldo atual ronda os 400 mil euros; Apesar de continuarem a existir desafios de tesouraria, estes não são considerados estruturais, sendo que para 2025 se perspetiva um resultado positivo; As receitas da FPR têm vindo a crescer, em particular ao nível de patrocínios e bilheteira, com projeções animadoras para o futuro. Acrescentou que a modalidade registou um crescimento assinalável ao longo do mandato, nomeadamente nas competições femininas, sevens e sub-20, o que naturalmente aumentou os encargos federativos. Destacou, como projeto pessoal a concretizar até 2027, a construção de um novo estádio de rugby, com o apoio das autarquias e de um patrocinador privado, reforçando a importância dos dirigentes e ex-jogadores no crescimento sustentado da modalidade. Concluiu apelando à união e ao respeito institucional pelo trabalho em curso, desaconselhando iniciativas que possam desestabilizar a Federação num momento de crescente reconhecimento nacional e internacional. Reiterou a sua total disponibilidade para continuar a exercer funções até 2027, garantindo que, caso haja eleições, se manterá disponível para prosseguir com o projeto em curso. Agradeceu a atenção de todos os presentes e encerrou a sua intervenção, reafirmando a importância do foco na análise do Relatório e Contas de 2024.

O Presidente da Assembleia Geral agradeceu a intervenção do Presidente da Direção e deu início ao período de inscrições para intervenções dos delegados, mediante prévia solicitação.

ATAS

Informou que, naquele momento, apenas o delegado Pedro Lucas (CR Técnico) se encontrava inscrito, concedendo-lhe de imediato a palavra, sem prejuízo de futuras inscrições durante o decorrer da sessão.

O delegado Pedro Lucas iniciou a sua intervenção abordando as questões relativas ao Relatório e Contas de 2024 e à situação jurídica entre a Federação Portuguesa de Rugby e o Clube de Rugby do Técnico. Referiu existir um equívoco por parte do Presidente da Direção, ao confundir o conceito de “trânsito em julgado” com o de sentença, esclarecendo que já existem três sentenças condenatórias favoráveis ao Clube de Rugby do Técnico e desfavoráveis à Federação, proferidas pelo Tribunal Arbitral do Desporto, Tribunal Central Administrativo do Sul (em sede de recurso da FPR) e pelo Tribunal de Execução. Explicou que o recurso atualmente pendente é relativo ao processo de execução, sendo este admissível apenas em Portugal, e que, face ao histórico jurisprudencial, se espera um desfecho semelhante aos anteriores. Pedro Lucas salientou que tanto o auditor (ROC) como o Conselho Fiscal foram informados da existência de uma sentença que condena a FPR ao pagamento de 345.000 euros ao Técnico, e que tal valor deveria estar refletido nas contas da Federação, quer através de uma provisão, quer como registo de passivo, o que, segundo afirmou, não se verifica. Referiu ainda que o valor reclamado pelo Clube de Rugby do Técnico ascende a cerca de 1.192.000 euros, montante que consta do processo de execução, na sequência da inexistência de acordo relativamente ao montante da indemnização após a sentença de condenação e reintegração. Sublinhou que, perante diversas sentenças desfavoráveis à Federação, não é plausível manter a posição de que não existe dívida, contrariando a narrativa oficial. Relativamente à situação financeira geral da FPR, Pedro Lucas considerou que, para além da referida questão jurídica, a Federação se encontra numa situação de endividamento excessivo, e que seria prudente a apresentação de um plano credível de amortização da dívida e revisão financeira, dado não ser realista assumir que entidades públicas virão a suprir integralmente o défice acumulado. Concluiu solicitando à Assembleia Geral que conceda um prazo à Direção da FPR para retificação das contas e apresentação de um plano financeiro de emergência, de forma a evitar o agravamento da situação económica da instituição. O delegado Pedro Lucas informou que enviaria um documento com mais detalhes para ser integrado na ata da presente Assembleia Geral, documento esse que seria entregue ao Secretário- Geral, com o propósito de ser remetido ao Presidente da Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia Geral agradeceu a disponibilidade e o envio do referido documento. De seguida, concedeu a palavra ao Responsável pelo Órgão de Controlo (ROC), Dr. Nuno da Fonte.

O ROC tomou a palavra para prestar esclarecimentos complementares sobre as contas da Federação Portuguesa de Rugby, com particular atenção às questões levantadas pelo delegado Pedro Lucas, sobretudo no que diz respeito à existência de sentenças judiciais e ao tratamento contabilístico da eventual dívida ao Clube de Rugby do Técnico. Explicou que, no decurso da análise realizada, foi comunicada ao Conselho Fiscal a existência das sentenças condenatórias,

ATAS

conforme referido anteriormente. Contudo, esclareceu que a contabilização de provisões obedece a critérios rigorosos, em conformidade com as normas contabilísticas em vigor, nomeadamente a exigência de trânsito em julgado para que uma dívida seja considerada certa e exigível. Esclareceu que, apesar das sentenças desfavoráveis, a ausência de trânsito em julgado impossibilita, à data, o registo contabilístico da dívida como passivo, sendo esta tratada como contingência, passível de constituição de provisão caso as condições legais se alterem. Complementou que a eventual provisão para riscos e encargos será ajustada com base na evolução do processo judicial, o que está em linha com as melhores práticas de prudência e rigor contabilístico e de auditoria. Concluiu sublinhando que o Relatório e Contas da Federação reflete com rigor e transparência a sua situação financeira atual, garantindo que qualquer alteração relevante será devidamente incorporada em momento oportuno, de forma clara e responsável.

Tomou novamente a palavra o Presidente da Mesa para responder a uma questão colocada anteriormente pelo delegado Luís Lança de Moraes, esclarecendo que, nos termos do artigo 18.º dos Estatutos da FPR, a Assembleia Geral pode ser constituída por até 120 delegados. Destes, até 112 são designados pelos clubes, sendo que 96 se encontram atualmente nomeados. Acrescem ainda 8 delegados representantes dos praticantes desportivos, árbitros e treinadores, conforme previsto estatutariamente, perfazendo um total atual de 104 membros da Assembleia. Recordou que o mandato dos delegados tem a duração de quatro anos, coincidindo com o ciclo eleitoral até à próxima Assembleia Geral Eleitoral.

Concluído o esclarecimento, e em resposta a pedido previamente formulado, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao delegado Nuno Salvador que apresentou o relatório das competições da época 2023/2024. Informou que, durante o ano transato, foram realizados 1.096 jogos, tendo-se registado um aumento significativo da demografia federada, com um total de 7.626 atletas federados, o número mais elevado até à data, o que corresponde a um crescimento de 11% face ao ano anterior. O aumento foi transversal a todas as categorias, destacando-se os seguintes números: 2.400 atletas nas faixas etárias Sub-6 a Sub-12 (recorde histórico); Quase 1.000 atletas no escalão Sub-14; 1.916 atletas nos escalões Sub-17 e Sub-18; 2.400 atletas no escalão sénior. Assinalou que estes dados demonstram um crescimento consolidado nos últimos anos, com impacto positivo no desenvolvimento da modalidade. No que respeita ao Campeonato Nacional Sénior, registou-se um aumento do número de equipas participantes. A Divisão de Honra teve jogos no Estádio do Restelo, com elevada afluência de público, contribuindo para uma boa exposição mediática da modalidade. As finais da CN1 e CN2 decorreram também no Restelo, após o jogo Belenenses vs Agronomia. As competições regionais nas zonas Norte, Centro e Sul decorreram com normalidade, registando crescimento e especial destaque para a participação na fase final do RUC sénior. Relativamente à preparação da nova época, informou que este será o quarto ano consecutivo de competições nas categorias Sub-18, Sub-16 e Sub-14, e que já se encontram a decorrer reuniões preparatórias com os clubes com vista à época seguinte.

ATAS

Concluída a intervenção, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Vice-Presidente da Direção, José Paulo Seruca, que apresentou uma síntese da atividade do pelouro de Formação e Desenvolvimento no último ano. Referiu que, no âmbito da formação de treinadores, foram promovidas diversas ações formativas, embora algumas não se tenham realizado devido à falta de inscrições suficientes, critério necessário para garantir a qualidade pedagógica e a viabilidade dos cursos, os quais são submetidos à aprovação do IPDJ. Destacou-se a realização do Curso de Grau 3, o primeiro em vários anos, com 14 novos treinadores formados. Foram igualmente promovidos cursos de Grau 1 em várias regiões do país: Loulé, Évora, Mealhada e Jamor. O Curso de Grau 2 não se realizou por insuficiente número de inscrições. Realizaram-se ainda várias ações de formação contínua destinadas à revalidação de licenças, incluindo formação em temas como alinhamento, formação ordenada, breakdown e primeiros socorros. Mencionou ainda uma formação internacional promovida pela World Rugby, em Belas, com formadores estrangeiros, que certificaram novos educadores. No que respeita ao desenvolvimento da modalidade, foi destacada a colaboração ativa dos clubes, que permitiu a organização de diversos convívios regionais: 27 convívios em Lisboa; 12 convívios na região Centro; 12 convívios na região Norte. Foi também referido o evento realizado em Coimbra, por ocasião do jogo Portugal vs Estados Unidos, considerado o maior evento juvenil de rugby alguma vez realizado em Portugal, com a participação de 1.300 jovens atletas e 15 seleções regionais. Finalizou a sua intervenção destacando a forte articulação entre a equipa técnica da Federação e os técnicos regionais, salientando a implementação de modelos de competição ajustados aos diferentes escalões etários e a criação das Academias de Formação para os escalões Sub-14, Sub-16 e Sub-18, com o apoio dos clubes e das Câmaras Municipais. Reforçou o compromisso da Federação em continuar a desenvolver estas iniciativas, com vista ao crescimento sustentado e à consolidação do rugby em todos os níveis de prática e formação.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a intervenção e informou que se encontrava igualmente presente o Vice-Presidente Joaquim Meirelles. De seguida, deu a palavra ao Vice-Presidente Ricardo Nunes, que havia solicitado intervenção, indicando que, posteriormente, concederia a palavra ao delegado Luís Lança de Moraes. O Vice-Presidente Ricardo Nunes tomou a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes. Estruturou a sua intervenção em torno de três eixos principais de análise do último ano e dos anos mais recentes do rugby nacional: seleções nacionais, competições nacionais de clubes e participação em entidades internacionais. Relativamente às seleções nacionais, considerou que o ano em análise foi provavelmente o melhor de sempre, salientando a qualificação da seleção masculina sénior para a fase final do Campeonato do Mundo de Rugby, pela terceira vez na história e pela primeira vez sem necessidade de repescagem. Destacou igualmente o desempenho das seleções femininas, com subidas de escalão e consolidação, bem como os progressos verificados nas modalidades de sevens, com participação no torneio de apuramento para o circuito internacional. Nos escalões jovens, realçou o excelente desempenho da seleção Sub-18 e a conquista do título de Campeões

ATAS

da Europa pela seleção Sub-20. No que concerne às competições nacionais, registou o crescimento do número de clubes e jogadores federados, bem como melhorias na qualidade competitiva dos jogos, atribuindo esse mérito ao trabalho desenvolvido pelos clubes. Referiu, contudo, que existe sempre margem para melhorias, que devem ser prosseguidas com espírito de cooperação. Por fim, destacou a participação ativa da Federação Portuguesa de Rugby nas entidades internacionais, nomeadamente na Rugby Europe e na World Rugby. Recordou que, no início do atual mandato, Portugal encontrava-se praticamente ausente destes fóruns, mas que, graças à ação do Presidente Amado Silva, foi possível conquistar representação em diversos órgãos de decisão, incluindo nas áreas de arbitragem, saúde, medicina, competições e marketing. Atualmente, Portugal conta com cerca de uma dezena de representantes em posições relevantes a nível internacional, o que contribui significativamente para o desenvolvimento, prestígio e reconhecimento do rugby português no contexto europeu e mundial. Acrescentou que o prestígio da modalidade junto de outras federações, em particular dos países do Torneio das Seis Nações, é por vezes superior à percepção interna, evidenciando a crescente valorização do rugby nacional. Concluiu a sua intervenção com uma mensagem de otimismo e incentivo à colaboração de todos, com vista à continuidade do trabalho de afirmação e desenvolvimento do rugby em Portugal.

Seguidamente, foi concedida a palavra ao delegado Luís Lança de Moraes, do Grupo Desportivo do Direito. Iniciou a sua intervenção agradecendo a palavra e fazendo referência à sua longa participação no rugby e nas Assembleias da Federação, sempre num espírito de grupo e de familiaridade institucional. Manifestou a intenção de intervir de forma positiva e construtiva, sublinhando que o Relatório e Contas deve ser encarado como uma ferramenta de análise e avaliação, e não como um instrumento de confronto político, uma vez que se refere a factos ocorridos no exercício de 2024. Recordou que o clube Direito, ao qual pertence, rejeitou o orçamento para 2024, posição que foi partilhada por vários outros delegados, referindo que o mesmo só veio a ser aprovado numa Assembleia Geral com fraca participação, após adiamento motivado por falta de quórum. Sublinhou que a insatisfação dos clubes poderia e deveria ter sido expressa nesse momento oportuno, e não em sede de apreciação do relatório. Criticou a fragilidade financeira da Federação, identificada no relatório do Conselho Fiscal, mas advertiu que os problemas da FPR vão para além das contas. Apontou dificuldades quotidianas na organização das competições, arbitragem e comunicação entre os diferentes órgãos técnicos, denunciando falta de planeamento conjunto e um desgaste crescente sentido pelos clubes, que, segundo afirmou, são os verdadeiros sustentáculos do sucesso das seleções nacionais, e não a estrutura federativa. Alertou para uma visão distorcida da realidade do rugby nacional e para a falta de unidade no desenvolvimento da modalidade. Indicou que os louros das conquistas desportivas a nível nacional não espelham a realidade enfrentada pelos clubes, que enfrentam problemas estruturais e crescentes. Recordou uma conversa mantida com o Presidente da Federação após o último Campeonato do Mundo, na qual expressou a necessidade de “aterrar para a realidade portuguesa” e de resolver os problemas de base que continuam a afetar o funcionamento da modalidade.

ATAS

Criticou a falta de evolução no modelo competitivo e a deficiente coordenação das equipas técnicas, referindo especificamente a desorganização e o clima de insatisfação na Divisão de Honra. Defendeu que, não obstante os resultados positivos das seleções, o desempenho poderia ser ainda melhor se existisse maior diálogo e articulação interna. Questionou a situação do passivo da Federação, sublinhando que a dívida parece manter-se ou mesmo ter aumentado, o que considerou um sinal preocupante. Solicitou esclarecimentos sobre uma receita prevista de 350 mil euros, anteriormente mencionada, perguntando se a mesma já foi efetivamente recebida e qual o seu impacto real na tesouraria, sobretudo tendo em consideração os problemas financeiros em curso e a necessidade de resolver questões como a regularização da arbitragem. Concluiu a sua intervenção solicitando à Mesa da Assembleia que considerasse conceder direito de resposta ao Sr. Vasco Uva, referenciado durante a sessão pelo Presidente da Direção, de forma a que pudesse esclarecer ou apresentar a sua posição, ainda que não tenha estatuto de delegado.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a intervenção e esclareceu que, relativamente ao pedido de direito de resposta, o mesmo será considerado apenas no final da Assembleia, após a conclusão de todos os pontos da ordem de trabalhos. Informou de seguida que se encontrava inscrito para intervir o delegado Francisco Figueiredo, do Clube Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL), e que, após a ronda de intervenções dos delegados, o Presidente da Direção disporá de tempo para apresentar respostas e considerações finais.

Foi então concedida a palavra ao delegado Francisco Figueiredo, do CDUL. Iniciou a sua intervenção agradecendo a palavra, referindo que, inicialmente, não tencionava intervir, uma vez que o ponto da ordem de trabalhos era o Relatório e Contas. Contudo, face às referências feitas ao nome de Vasco Uva, aos artigos publicados, à imagem externa do rugby português e outras matérias abordadas pela Direção, entendeu que era necessário pronunciar-se. Comentou que a ausência significativa de delegados nesta Assembleia poderá ter decorrido da natureza técnica do tema (relatório e contas), mas considerou que a intervenção da Direção desviou o foco para assuntos alheios ao ponto em análise. Relativamente aos resultados das seleções nacionais, reconheceu mérito e valor, mas manifestou concordância com as críticas de Luís Lança de Moraes sobre as deficiências estruturais nas competições nacionais. Destacou como inadmissível a ocorrência, ao longo do último ano, de jogos seniores sem árbitros ou fiscais de linha, bem como a realização completa dos campeonatos Sub-16 e Sub-18 sem arbitragem adequada. Partilhou o testemunho de um espectador externo que manifestou estupefação face à precariedade da arbitragem, reiterando que "sem árbitros não há rugby". Sublinhou que, sem uma relação funcional e próxima entre a Federação e os árbitros, o desenvolvimento da modalidade estará em risco, sendo essencial melhorar a organização interna das competições e enfrentar os problemas de forma direta. Criticou a repetida sobrecarga sobre os clubes, que acabam por assumir responsabilidades estruturais (como segurança e arbitragem), e advertiu que esta realidade não pode continuar. Concluiu solicitando esclarecimentos à Federação sobre: (i) o modelo competitivo previsto para a próxima época; (ii) a eventual manutenção ou alteração do formato atual; (iii) as

ATAS

medidas a implementar para resolver os problemas relacionados com a arbitragem; (iv) o calendário internacional a adotar; (v) e o impacto dessas decisões na atividade dos clubes.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu novamente a palavra ao Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Rugby que no seu uso, agradeceu as intervenções anteriores e iniciou a sua comunicação esclarecendo que, embora a sua intenção inicial fosse centrar-se exclusivamente na apresentação das contas, considerou necessário contextualizar a presença de diversas pessoas não delegadas na Assembleia, sem com isso pretender fomentar polémicas. Reforçou que nunca fechou canais de diálogo com ninguém, nem à união dos Clubes com essa Direção, reconhecendo que existem aspetos na modalidade que carecem de melhorias e reformulação. No entanto, sublinhou que a questão da arbitragem não é, nem pode ser, uma responsabilidade exclusiva da Direção da Federação, que não possui competência direta sobre essa área, embora tenha procurado exercer uma influência positiva. Referiu que o problema da arbitragem é transversal à modalidade e tem sido alvo de ações corretivas, especialmente no que diz respeito ao plano financeiro, cujas obrigações têm sido cumpridas atempadamente. Reconheceu ainda que existem questões jurídicas associadas à arbitragem que devem ser debatidas com profundidade. Enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Diretor Nuno Salvador, que atua sob as orientações da Direção, e esclareceu que, em reunião anterior, foi definido que a organização da arbitragem dos escalões Sub-16 e Sub-18 ficaria a cargo dos clubes. Reafirmou que, sem pretender ilibar a Federação de responsabilidades, estava apenas a esclarecer os factos e destacar os esforços realizados nesse âmbito. Reconheceu que o rugby nacional ainda não atingiu o patamar desejado, particularmente ao nível da sua imagem internacional, mas destacou o empenho da Direção e o trabalho desenvolvido, defendendo que a discussão sobre o modelo competitivo permanece sempre em aberto, sendo da responsabilidade dos clubes em ambiente democrático, sem imposições por parte da Federação. Apelou à necessidade de reforçar o diálogo e a cooperação institucional, mencionando a criação do Conselho de Presidentes, que ainda não foi convocado formalmente, mas que pretende ativar brevemente. Justificou a sua atenção recente com a participação de Portugal no Campeonato do Mundo, mas garantiu que a equipa técnica da Federação estará cada vez mais presente junto dos clubes, apoiando o seu desenvolvimento. Relativamente às contas da Federação, informou que os 350 mil euros de receitas previstas foram confirmados, provenientes de patrocinadores e apoios institucionais. Reforçou que a situação financeira está sob controlo, com uma dívida bancária de cerca de 400 mil euros, resultante de um empréstimo contraído durante a pandemia, amortizável em dez anos, com juros baixos e aval do Estado. Sublinhou que a Federação não enfrenta uma crise financeira, embora exija gestão cuidada e rigorosa. Destacou que, ao contrário de outras modalidades, a arbitragem no rugby é financiada pelos próprios clubes, sendo que as taxas cobradas são reduzidas. Reiterou compreensão pelas dificuldades dos clubes e lembrou que a Federação tem apoiado os mesmos, nomeadamente através da Rugby TV e da manutenção de canais de comunicação abertos, reiterando a total disponibilidade da Direção para ouvir, colaborar e construir soluções em

ATAS

conjunto. Voltando ao tema da arbitragem reiterou que o problema é transversal a toda a comunidade do rugby, incluindo clubes e árbitros. Informou que o diálogo com a Associação Nacional de Árbitros de Rugby (ANAR) se mantém ativo, visando a resolução de conflitos, lamentando, no entanto, a ocorrência de uma greve, que considerou injustificada. Fez uma referência positiva à nomeação da árbitra Maria Heitor para o Campeonato do Mundo de Rugby Feminino, bem como à existência de sete árbitros internacionais portugueses, reconhecendo, ainda assim, que persistem faltas e dificuldades operacionais neste setor. Relativamente ao panorama financeiro, o Presidente garantiu que o exercício financeiro do corrente ano deverá apresentar um resultado positivo, com previsão de receitas superiores a 600 mil euros até ao final de maio, provenientes de pagamentos esperados do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e da World Rugby. Reafirmou o compromisso da Federação em apoiar os clubes, reconhecendo o papel crucial destes na formação de jogadores para as seleções nacionais. Anunciou um plano de ação focado no reforço da presença técnica da Federação nos clubes, sobretudo junto daqueles com menos recursos, aproveitando o período de menor carga competitiva após o Mundial para intensificar este apoio. Relativamente às questões referentes ao Sr. Vasco Uva, o Presidente informou que serão abordadas em momento oportuno, manifestando vontade de manter um diálogo construtivo e respeitoso. Concluiu a sua intervenção com uma mensagem de otimismo e compromisso, apelando à colaboração de todos os agentes da modalidade para enfrentar os desafios existentes e promover o desenvolvimento do rugby nacional.

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral concedeu a palavra ao delegado Pedro Netto, do Belenenses Rugby que iniciou a sua intervenção expressando concordância com os pontos de vista anteriormente apresentados pelos delegados Luís Filipe e Francisco Figueiredo, sublinhando que essa concordância poderá resultar da vivência comum nas divisões superiores da modalidade (Honra e Top 12). Salientou a existência de um profundo desfasamento entre a visão idealizada do rugby nacional e a realidade operacional vivida nos clubes. Admitiu não ser especialista em contabilidade, mas referiu que, após consultar diversas pessoas, não obteve garantias sobre a real saúde financeira da Federação, afirmando que, se esta fosse uma empresa, estaria tecnicamente falida. Destacou que o crescimento e vitalidade de vários clubes se deve, sobretudo, ao esforço interno e organização autónoma dos mesmos, frequentemente sem apoio direto da estrutura federativa. Abordou a questão da formação e das seleções, elogiando o papel do Belenenses como parceiro colaborante, mas criticou a ausência de recursos técnicos por parte da Federação no apoio às seleções regionais, que funcionam essencialmente com recursos logísticos e humanos dos clubes (campos, bolas, treinadores, fisioterapeutas). Denunciou o carácter profundamente amador do funcionamento atual, realçando que muitos treinadores sacrificam o seu tempo pessoal e lamentou a falta de objetivos claros por parte da Federação para as seleções jovens. Reforçou a importância do papel da Federação Portuguesa de Rugby, afirmando que não basta promover o diálogo, sendo fundamental que a Federação assuma

ATAS

efetivamente as suas responsabilidades, sobretudo num momento de reconhecimento internacional da modalidade, como o evidenciado pela qualificação para o Campeonato do Mundo de Rugby de 2023. Reconheceu o mérito da qualificação, embora tenha sublinhado que ocorreu em circunstâncias atípicas. Manifestou dúvidas quanto à existência de um plano estratégico claro por parte da Federação, apontando como exemplo decisões avulsas, tais como a organização de jogos com árbitros não federativos e a forma como foi gerida a greve de arbitragem, que afetou momentos decisivos da competição. Questionou também as alterações de última hora ao calendário competitivo, nomeadamente o adiamento de uma jornada do Campeonato Nacional devido a compromissos internacionais, criticando a falta de diálogo da Federação com os clubes na tomada destas decisões. Referiu que estas alterações geram dificuldades operacionais e financeiras adicionais, citando o exemplo do Belenenses. Finalizou a sua intervenção com um apelo à união e à liderança efetiva da Federação, propondo a formação de uma visão e projeto integrador, que respeite os princípios fundamentais do rugby e reflita as realidades distintas dos clubes, assegurando assim a sustentabilidade e crescimento da modalidade.

Seguidamente, foi concedida a palavra ao delegado Murta, do Rugby da Académica de Coimbra, mas devido a problemas de som na ligação remota, a sua intervenção revelou-se incompreensível. Foi sugerido que o mesmo enviasse a sua intervenção por escrito para registo na ata.

Deu-se então a palavra novamente ao delegado Luís Lança Morais (Grupo Desportivo do Direito), que iniciou a sua intervenção esclarecendo que não se centraria no Relatório e Contas, ainda que reconhecesse a sua importância como instrumento essencial ao funcionamento da Federação. Referiu que esse deveria ter sido o ponto de partida da intervenção do Presidente da Direção, por se tratar de um documento determinante para a credibilidade institucional, nomeadamente junto do IPDJ, patrocinadores e instituições bancárias. Acrescentou que, embora o Relatório de Contas diga respeito a um exercício anterior, construído com base num plano de atividades que o seu clube (Direito) rejeitou, continua a ser uma peça fundamental de reporte e de transparência institucional. Prosseguiu a sua intervenção explicando que o voto contrário ao Plano de Atividades apresentado pela Direção se fundamentou na falta de coerência entre os objetivos propostos e as ações previstas, considerando que o documento não refletia as prioridades anunciadas pelo Presidente da Direção. Dirigindo-se diretamente ao Presidente da Federação, sublinhou que, apesar da frequência de reuniões e da disponibilidade demonstrada por ambas as partes, os compromissos assumidos nessas sessões raramente se concretizavam. Apontou como crítica central uma inversão de prioridades, afirmando que, onde antes os clubes eram o pilar da estrutura federativa, atualmente tudo é feito em reação a crises, greves e imprevistos, e não com base num plano estratégico consistente. Utilizou a arbitragem como exemplo emblemático da desorganização atual. Relatou que os clubes são acusados de não apresentarem candidatos, enquanto os árbitros criticam a Federação pela falta de apoio financeiro e compromisso institucional. Considerou que este cenário demonstra uma transferência sistemática de

ATAS

responsabilidades, que impede a construção de soluções estruturais duradouras. Defendeu que a arbitragem deve ser tratada com profissionalismo, com um orçamento próprio e liderada por uma figura competente e com autoridade para coordenar o setor. Afirmou acreditar que os clubes estariam dispostos a suportar um maior investimento financeiro, desde que existisse um plano estruturado, com objetivos claros e mecanismos de supervisão. Lamentou que essa visão ainda não tenha sido implementada, nem debatida com a seriedade devida pela Direção. Criticou a forma como a Federação tem gerido os compromissos internacionais, demonstrando uma disponibilidade excessiva para corresponder a todos os convites do World Rugby, mesmo que isso implique alterar calendários internos e comprometer decisões previamente acordadas com os clubes, apenas para obter uma visibilidade imediata, mas desorganizada. Referiu que tal postura desrespeita as fases finais das competições nacionais, os atletas internacionais dos clubes e as suas realidades operacionais. De forma particularmente crítica, alertou para o facto de muitas decisões relevantes estarem a ser tomadas por técnicos estrangeiros ou membros do staff da seleção, sem qualquer articulação com os clubes. Denunciou a ausência de uma figura de coordenação entre a estrutura federativa e os clubes, chegando mesmo a afirmar que até o Presidente da Federação tem revelado dificuldade em intervir em decisões estratégicas essenciais. Relembrou que, nos momentos mais desafiantes da história do rugby nacional, foram os clubes e os seus presidentes que asseguraram a continuidade da modalidade, chegando mesmo a gerir interinamente a Federação em situações de crise. Reforçou o papel essencial e insubstituível dos clubes no ecossistema do rugby em Portugal. Finalizou a sua intervenção com um alerta sobre o risco iminente de desorganização generalizada, sobretudo tendo em conta a preparação para o próximo Mundial, considerando que os sintomas atuais representam apenas o início de uma crise estrutural mais profunda. Continuou a sua intervenção com uma crítica à falta de compromisso, de prioridades claras e de liderança por parte da Direção da Federação Portuguesa de Rugby, lamentando que se esteja constantemente a "apagar fogos" em vez de se planejar de forma estruturada o futuro da modalidade. Encerrou a sua intervenção deixando um aviso claro: o Relatório e Contas não deve ser interpretado como um simples "cartão amarelo", mas sim como um sinal de alerta sério. Reforçou que os clubes não são ingênuos e têm plena consciência de que a situação atual não é satisfatória. Acrescentou que, se necessário, os clubes poderão avançar com uma moção de censura ou de confiança, sublinhando, contudo, que todos desejam que o mandato em curso da Direção se cumpra até ao fim. No entanto, alertou que é urgente corrigir o rumo. Concluiu apelando à apresentação de projetos e programas positivos, dentro dos prazos e processos democráticos previstos, reiterando que a Direção deve preparar-se com seriedade para os desafios vindouros, sob pena de a desorganização atual se transformar num problema ainda mais grave.

De seguida, o Presidente da Mesa concedeu a palavra ao delegado Luís Pina, do Grupo Desportivo Direito. Iniciou a sua intervenção mencionando que pretendia ser breve, mas sentia a necessidade de abordar algumas questões relacionadas com as competições juvenis e com a

ATAS

organização do desenvolvimento da modalidade, temas que já haviam sido referidos anteriormente por outros intervenientes. Na sua perspetiva, apesar de terem sido apresentados vários exemplos positivos sobre o desenvolvimento do rugby, considera que, na realidade, se observa muito pouco dessa organização no terreno. Reconheceu que os clubes têm sido "muito amigos" da Federação nesse aspetto, promovendo convívios e dinamizando a base da modalidade, mas afirmou que, na prática, os clubes estão praticamente entregues a si próprios. Apresentou como exemplo concreto o caso do rugby feminino no seu clube, o Grupo Desportivo Direito, sublinhando o esforço considerável feito para criar e desenvolver esta vertente, que considera estratégica. Referiu que o clube conta já com cerca de 20 atletas, destacando um crescimento "simpático". Contudo, relatou que, quando as atletas foram chamadas para as seleções regionais, não havia sequer treinador designado pela Federação, sendo os próprios treinadores do Direito e de outros clubes a assumir essas funções. Considerou esta situação reveladora de uma organização praticamente inexistente, em que, mais uma vez, todo o esforço recai sobre os clubes. Referiu também ter tentado inscrever mais duas atletas recentemente, tendo recebido como resposta da Federação que já não seria possível assegurar-lhes o seguro de saúde por estarem a ser inscritas numa fase tardia da época. Perante esta situação, questionou diretamente: "qual é o plano para o rugby feminino?" Assinalou ainda que o rugby feminino em Portugal parece sofrer de um certo "excesso de profissionalismo" por parte de alguns clubes com mais recursos — como o Sporting e o Benfica —, o que considerou positivo, mas alertou para a ausência de apoio da Federação aos clubes que tentam desenvolver esta vertente de forma amadora e com poucos meios. Criticou o facto de não haver sequer treinadores enviados para os convívios, nem qualquer tipo de apoio concreto. Lamentou que se esteja constantemente a sobrecarregar os clubes e, uma vez mais, reforçou a ideia de que a Federação não tem tido iniciativa nestas áreas. Referiu ainda ter recebido uma mensagem do Presidente da Direção, anteriormente à Assembleia Geral, afirmando que "estava tudo bem no rugby nacional". A esse respeito, discordou frontalmente: não está tudo bem no rugby nacional. Afirmou que os convívios são organizados pelos próprios clubes, desde os sub-14, e sublinhou o grau de indefinição que afeta os escalões sub-16 e sub-18, onde os próprios clubes nem sabem se haverá mais jogos ou não. Reforçou a ideia de que a Federação está disponível para conversar, mas apenas se forem os clubes a tomar a iniciativa — e não o contrário, como deveria acontecer. Finalizou reconhecendo o mérito do que tem sido feito a nível das seleções e nos campeonatos do mundo, afirmando que as vitórias devem ser celebradas e ninguém as põe em causa. No entanto, deixou claro que o que gera descontentamento é a falta de iniciativa da Federação em todas as outras áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentável da modalidade.

Foi dada a palavra ao delegado Miguel Portela, do Grupo Desportivo Direito. Iniciou a sua intervenção saudando os presentes e afirmando que, a seu ver, o ponto do Relatório e Contas era um tema relativamente simples. Considerou que o documento estava aprovado por quem de direito e, nesse sentido, não via grandes motivos para se opor ou para levantar questões relevantes

ATAS

quanto à atividade financeira da Federação. No entanto, sublinhou que não podia consentir com algumas afirmações que considerou inverídicas, nomeadamente no que diz respeito aos alegados êxitos desportivos. Na sua perspetiva, se recuarmos no tempo e compararmos os resultados da Seleção Nacional no Rugby Europe Championship deste ano, é possível constatar que, mesmo aplicando os critérios atuais, Portugal teria sido apurado para anteriores Mundiais com desempenhos superiores aos de agora. Criticou a exibição da Seleção Nacional frente à Espanha, salientando que Portugal "levou um baile" nesse jogo, jogou mal, e que a atual equipa está, na sua opinião, mais fraca do que aquela que participou no Mundial de 2023. Disse ainda não ver quaisquer medidas concretas em curso para inverter essa tendência. Fez um contraponto, destacando o bom desempenho dos clubes, nomeadamente o Belenenses, que participou recentemente na Taça Ibérica contra uma equipa profissional, num jogo que descreveu como "espetacular". Para o orador, este é um exemplo claro de que os clubes estão, atualmente, a trabalhar melhor do que a própria Seleção Nacional. Desmentiu também uma afirmação feita anteriormente na reunião de que teria sido decisão dos clubes assumir a arbitragem dos escalões Sub-16 e Sub-18. Esclareceu que essa decisão não partiu dos clubes por iniciativa própria, mas que, mais uma vez, foram estes que se disponibilizaram para ajudar a Direção da Federação a resolver um problema, tendo a arbitragem decorrido com grande sucesso. Mencionou, a título de exemplo, o jogo da final do Campeonato Sub-18, em que o Direito se sagrou campeão em Coimbra, num jogo "muito difícil", mas que correu lindamente e sem qualquer caso de arbitragem. Retomou um tema recorrente, afirmando que a coordenação entre a Federação e os clubes é praticamente inexistente. Recordou que em tempos existia um coordenador, o "Pico", mas que este entretanto saiu — e, mesmo enquanto estava em funções, a sua presença e intervenção foram praticamente nulas. Expressou o seu pesar por ter de voltar a fazer este tipo de crítica, mas sublinhou que não se pode falar de êxitos desportivos e afirmar que está tudo bem, quando, na realidade, não está. Apelou à honestidade dos presentes, dizendo que se todos fizerem um exercício de consciência, reconhecerão que há muitos problemas por resolver. Referiu que a base do rugby — os "carolas", os voluntários e entusiastas — está a desaparecer, e que, se nada for feito, um dia poderá ser tarde para salvar a modalidade. Concluiu dizendo que não pretendia falar inicialmente, mas que, perante os comentários feitos ao longo da reunião sobre o sucesso da atividade federativa, não podia deixar passar em silêncio, sob pena de parecer que estava a consentir com algo com o qual não concorda de todo.

De seguida foi dada a palavra ao Delegado Paulo Picão da Académica de Coimbra. Começou por cumprimentar todos os presentes e aproveitou a oportunidade para intervir no âmbito da discussão sobre as atividades, em particular sobre a organização de convívios e o papel das associações regionais. Destacou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas associações regionais da zona Centro, e acrescentou que, muito provavelmente, o mesmo se passa também na região Norte. Sublinhou a colaboração ativa que tem existido entre as associações regionais e a Federação Portuguesa de Rugby, nomeadamente na organização de convívios, na coordenação



ATAS

com os clubes, bem como no desenvolvimento e funcionamento das seleções regionais. Referiu que têm sido realizados treinos frequentes, tanto no âmbito das seleções como das academias, e que essa articulação entre federação, associações regionais e clubes tem sido fundamental para o desenvolvimento da modalidade. Reconheceu que ainda existem áreas a melhorar, mas considerou que o caminho seguido tem sido positivo, permitindo às associações regionais dinamizar e complementar o trabalho dos clubes, servindo também de ponte para as seleções nacionais. Por fim, mencionou que está consciente da atual inexistência de uma associação regional em Lisboa, o que poderá justificar a dificuldade sentida por alguns clubes lisboetas em perceber ou beneficiar diretamente do papel que as associações regionais têm desempenhado noutras zonas do país.

De seguida teve a palavra Leonardo Trigoso. Iniciou a sua intervenção com uma saudação a todos os presentes e afirmou que, embora muitos dos temas ligados ao rugby nacional não se resolvam numa Assembleia Geral, considerava importante que fossem abordados e debatidos abertamente. Focou-se, no entanto, na questão das contas da Federação, considerando que este é um problema que vem de trás e que, infelizmente, continua a persistir. Observou que o rugby nacional se encontra atualmente num patamar mais elevado, o que naturalmente implica maiores exigências e maiores despesas. Neste contexto, expressou a sua preocupação com a situação financeira da Federação, sublinhando que, partindo de uma base já frágil, qualquer adversidade tem ainda mais impacto. Neste sentido, defendeu ser fundamental que a Direção da Federação apresente aos clubes um plano de reestruturação financeira, sustentado por alguém com competência técnica na área financeira. Propôs mesmo que exista um vice-presidente especificamente responsável por esta área, com a missão clara de desenhar e acompanhar a implementação desse plano. Destacou ainda que os clubes, no passado, passaram por grandes dificuldades, mas que atualmente muitos deles estão mais desenvolvidos e organizados financeiramente. A seu ver, é necessário que a Federação acompanhe essa evolução. Reconheceu que votar contra as contas não resolveria os problemas, uma vez que a Federação necessita de financiamento diariamente, como ficou evidente no recente caso relacionado com os árbitros, cuja origem estava associada à falta de recursos financeiros. Reforçou, assim, a ideia de que a apresentação de um plano de reestruturação financeira, a curto, médio e longo prazo, seria uma medida de bom senso e responsabilidade por parte da Direção. Recordou que o ano 2027 está próximo, o que acarretará novas exigências financeiras, pelo que a implementação de uma estratégia clara e transparente aumentaria a confiança de todos os clubes quanto ao futuro da modalidade. Concluiu agradecendo a atenção e afirmando que essa era a sua opinião, "valendo o que vale".

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Direção da FPR para prestar os esclarecimentos finais, tendo começado por responder às observações do Presidente da Agronomia, confirmando a existência de um Conselho Fiscal ativo e bem informado sobre a situação financeira, disponibilizando-se a prestar todos os esclarecimentos e até convidando o mesmo a visitar a sede

ATAS

da FPR para melhor compreensão. Rejeitou a ideia de que a Federação estaria “falida”, ressaltando que existe um programa financeiro em curso, com compromissos acompanhados por patrocinadores e órgãos de fiscalização, considerando sem fundamento a criação de um plano de recuperação adicional, dado o acompanhamento regular. No âmbito das seleções nacionais, admitiu que a equipa sénior que jogou recentemente não era a do Mundial de França 2023, justificando-o por limitações financeiras e logísticas, em particular os custos de deslocação e a impossibilidade de convocar todos os jogadores profissionais – sobretudo os que atuam em França – mas destacou que foi alcançado o apuramento direto para o Mundial, um feito inédito, evitando um jogo decisivo na Geórgia e poupano cerca de 100 000 €, privilegiando eficácia e contenção orçamental. Apesar das limitações, expressou confiança no talento dos jogadores e no potencial para manter ou elevar o nível competitivo da seleção nos ciclos seguintes. Sobre coordenação com clubes e modelos competitivos, anunciou que a Direção se reunirá com os clubes logo após o campeonato nacional para preparar a nova época, abordando competições, arbitragem, desenvolvimento regional, etc., explicando que algumas alterações recentes foram motivadas por ajustamentos impostos pelos calendários internacionais da Rugby Europe e da World Rugby, nem sempre conhecidos com antecedência. No que respeita à arbitragem, reconheceu desafios, esclareceu que a FPR não tem autoridade direta pois os árbitros são independentes, mas referiu que está em curso uma proposta de semiprofissionalização do corpo arbitral para aumentar responsabilidade e atratividade, convidando os clubes a envolverem-se na identificação e formação de novos árbitros, enfatizando que o diálogo e trabalho conjunto são essenciais. Esclareceu ainda que, nos escalões Sub-16 e Sub-18, a decisão de atribuição de arbitragem a elementos dos clubes foi consensual, não imposta, dado não existirem árbitros federativos suficientes. Por fim, admitiu que o rugby nacional ainda não atingiu o patamar desejado, embora esteja melhor do que antes, e que o caminho futuro passa por melhorias contínuas em conjunto com clubes e agentes, encerrando apelando à colaboração de todos e afirmando a sua total disponibilidade para trabalhar com os clubes na construção de soluções concretas, realistas e sustentáveis. Por último, reiterou a importância da aprovação das contas como ponto central da Assembleia, agradecendo a presença e participação de todos os intervenientes.

Foi dada novamente a palavra a Luís Lança de Moraes, que disse, ter em espírito de transparência e colaboração, dirigido uma crítica construtiva ao Presidente da FPR com o objetivo de melhorar a clareza e objetividade na comunicação relativa aos patrocínios e financiamentos da Federação. Salientou que, quando são colocadas questões sobre a origem dos apoios financeiros ou os valores associados aos patrocínios, as respostas surgem frequentemente de forma pouco clara ou vaga, o que pode passar uma imagem de falta de transparência, ainda que tal não seja intencional. Enfatizou que esta observação não tem qualquer caráter agressivo, tratando-se antes de uma sugestão de melhoria, apelando a que os responsáveis da FPR adotem uma postura de maior serenidade e rigor na prestação de informações sobre os montantes e as entidades envolvidas. Considerou que expressões como “agora não vou dizer quem é” ou referências



ATAS

genéricas a valores como “100, 200, 250, 300 e tal” não contribuem para a confiança dos clubes e delegados, os quais dedicam tempo e esforço à vida federativa. Concluiu reforçando que os delegados merecem respeito e respostas claras, e que, sendo as contas públicas, também a informação sobre os patrocinadores deve ser prestada com clareza e rigor, em nome da transparência exigida a uma organização como a FPR.

Em resposta à solicitação de maior clareza quanto às fontes de financiamento da Federação Portuguesa de Rugby, o Presidente da Direção prestou esclarecimentos objetivos sobre os principais apoios financeiros em curso, referindo a existência de um patrocínio confirmado no valor de 150.000 euros, um contrato assinado com entrada prevista de 300.000 euros no prazo de uma semana, um pagamento pendente de uma entidade pública no montante de 80.000 euros, em atraso há cerca de dois meses, bem como uma tranche a receber de uma organização internacional ainda durante o mês corrente, não tendo sido especificado o valor exato, e ainda o apoio adicional de uma autarquia, embora sem detalhamento de montante. O Presidente sublinhou que a retenção de nomes dos patrocinadores em ocasiões anteriores teve como objetivo a preservação das relações institucionais e o respeito por eventuais limitações legais à divulgação pública dos mesmos em determinados contextos, reforçando, no entanto, a total disponibilidade para esclarecer estes temas em sede própria, sempre que necessário, dentro dos limites legais e contratuais.

O Presidente da Assembleia Geral agradeceu as intervenções realizadas e informou que não havia mais inscritos para intervir, tendo apenas confirmado com o Delegado Rodrigo Nogueira se pretendia acrescentar algo, o que não se verificou. De seguida, declarou que estavam reunidas as condições para avançar para a votação do Relatório e Contas de 2024, salientando que, devido à formatação remota da Assembleia, apenas seriam aceites votos dos delegados com câmara ligada, de forma a permitir a verificação visual da identidade dos votantes e assegurar a legitimidade do ato. Apelou especificamente aos delegados presentes em grupo num mesmo local físico para que se posicionassem de modo a permitir a visualização clara de todos os participantes votantes. Deu-se início à votação solicitando-se que os delegados levantassem a mão, preferencialmente utilizando a função digital de “mão levantada” da plataforma, para facilitar a contagem. O resultado da votação foi o seguinte: 32 votos a favor, 10 votos contra e 7 abstenções. **O Relatório e Contas do exercício de 2024 foi assim aprovado.**

De seguida foi posto a discussão o **ponto dois** da ordem de trabalhos. Foi dada a palavra ao Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Rugby, que apresentou a Dra. Maria Estarreja, destacando tratar-se de uma profissional amplamente reconhecida na área de marketing, com uma longa carreira na Superbock e atualmente professora na Universidade Católica. Sublinhou o currículo extenso da Dra. Estarreja, distinguido com prémios a nível europeu e mundial, considerando a sua integração na Federação uma mais-valia relevante para o desenvolvimento do rugby nacional, especialmente na vertente do marketing. O Presidente afirmou não antever dificuldades na aceitação da sua cooptação, uma vez que Maria Estarreja acompanha o rugby há

ATAS

vários anos, inclusive pela sua anterior ligação à Superbock, sendo, por isso, uma excelente aquisição para a Federação e para a modalidade. Foi ainda esclarecido que a cooptação da Dra. Maria Estarreja resulta da saída de Francisco Goes e que o pelouro do rugby feminino passou a estar sob responsabilidade de António Folgado. O Delegado Luís Lança Morais manifestou o desejo de ser posteriormente informado sobre a composição atual da Direção da FPR, referindo que, devido às diversas cooptações recentemente ocorridas, perdeu o acompanhamento da constituição atual da equipa dirigente, solicitando que essa informação lhe fosse facultada numa fase posterior da Assembleia.

Luís Batista chamou a atenção para um problema recorrente relacionado com a comunicação da Federação, referindo que, apesar de o envio de informação aos delegados estar previsto e ser, em teoria, efetuado corretamente, vários delegados do seu clube não têm recebido qualquer comunicação. Esclareceu que, embora ele próprio receba sempre a informação enquanto Presidente do clube, há outros delegados — cujos contactos estão corretamente associados às suas funções — que continuam sem receber notificações por email. Sugeriu, nesse sentido, que se verifique e corrija essa situação, uma vez que, apesar das listas parecerem estar atualizadas, a informação não está a chegar aos respetivos destinatários, o que compromete a eficácia da comunicação institucional.

O Presidente da Assembleia Geral agradeceu a intervenção anterior e solicitou que, sempre que surjam situações de falhas na comunicação institucional, como as mencionadas por Luís Batista (Belas RC), estas sejam imediatamente comunicadas ao Mário Costa, de modo a que a base de dados da Federação possa ser atualizada e todos os emails e convocatórias sejam corretamente enviados aos delegados. Informou de seguida que, não havendo mais intervenções, a Assembleia prosseguiria para a votação da cooptação de Maria Estarreja como vice-presidente da Direção. Reforçou que apenas os delegados com a câmara ligada poderiam votar, solicitando que todos acionassem as suas câmaras. Iniciada a votação, perguntou quem votava contra, não se registando qualquer voto contra. Passou então à verificação de abstenções, tendo sido registada uma única abstenção, da parte de Pedro Lucas, informação que foi repetida para validação. Por fim, perguntou quem votava a favor da cooptação, observando uma “chuva de votos a favor”, ou seja, 48 votos a favor, declarando que, com base nos delegados presentes e com câmara ligada, a cooptação de Maria Estarreja foi aprovada por maioria expressiva.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente da Assembleia Geral informou que concederia a palavra a Vasco Uva, justificando essa decisão com base no número 10 do artigo 20º dos Estatutos da Federação. Esclareceu que, embora existisse margem para discutir se Vasco Uva teria ou não o direito de participar nos trabalhos da Assembleia — não tendo, em qualquer caso, direito a voto —, considerou excepcionalmente pertinente permitir a sua intervenção, tendo em conta que o seu nome foi várias vezes referido ao longo da reunião, nomeadamente pelo Presidente da Direção. Salientou, contudo, que este tipo de exceção não deverá repetir-se no

ATAS

futuro, uma vez que pessoas externas à Assembleia não devem, em princípio, intervir. Ainda assim, concedeu a palavra a Vasco Uva.

Vasco Uva agradeceu ao Presidente da Assembleia Geral a oportunidade de intervir, esclarecendo que o seu objetivo inicial não era participar ativamente na reunião, mas apenas assistir aos trabalhos da Assembleia, compreender a realidade atual do rugby português e conhecer a opinião dos diversos intervenientes. Contudo, afirmou que, face às acusações que considerou infundadas feitas pelo Presidente da Direção, sentiu-se obrigado a pedir a palavra para prestar esclarecimentos e manifestar a sua opinião. Referiu-se à intervenção inicial do Presidente da Direção, que aludiu ao seu artigo de opinião publicado no Diário de Notícias, negando ter divulgado qualquer informação confidencial relativa à Assembleia Geral de dezembro. Esclareceu que o referido artigo era, como o próprio nome indica, um artigo de opinião, que apenas mencionava o número de delegados presentes nessa Assembleia e, no último parágrafo, abordava questões relacionadas com políticas desportivas – sem fazer qualquer referência direta à Federação ou à própria Assembleia. Sublinhou que o foco do texto era sobre valores, valores que disse ter aprendido e vivido no rugby, muitos deles incutidos por pessoas presentes naquela Assembleia, ao longo dos seus 20 anos como jogador, incluindo quatro enquanto capitão da seleção nacional. Expressou, contudo, a sua preocupação pelo que considera ser um afastamento progressivo desses mesmos valores, particularmente por parte da atual Direção da Federação. Em relação à eventual colaboração com o Presidente da Direção, confirmou que ambos tiveram várias conversas e discussões no passado, reconhecendo que sempre existiram visões distintas sobre o futuro do rugby em Portugal. Ainda assim, garantiu que manteve sempre uma postura de abertura ao diálogo, tendo deixado claro, com mensagens trocadas, que a iniciativa de retomar contacto ficou sempre do lado do Presidente da Direção, nunca da sua parte. Concluiu afirmando que, apesar da ausência de resposta da parte do Presidente, manteve o respeito institucional, e nunca deixou de felicitar tanto o Presidente como a Federação pelos resultados desportivos importantes que têm sido alcançados. Finalizou com um novo agradecimento e parabéns.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a intervenção de Vasco Uva e informou que a mesma constaria em ata. Indicou que não pretendia abrir espaço para debate sobre o assunto abordado, mas ainda assim daria se este o desejasse a palavra ao Presidente da Direção para comentar. Antes porém, aproveitou a oportunidade para partilhar algumas notas institucionais. Começou por recordar a Assembleia Geral de 23 de dezembro, referindo que, na altura, foi criticado pela escolha da data, algo que reconheceu como legítimo. Assumiu a responsabilidade pela convocatória, reconhecendo tratar-se de um dia particularmente desfavorável, por ser na véspera de Natal, o que dificultou uma participação mais alargada, em contraste com a elevada presença de delegados registada na atual sessão. Explicou que a decisão de convocar nessa data se prendeu com constrangimentos internos da Federação, que exigiam a realização da Assembleia antes do final do ano. Referiu também que o período entre o Natal e o Ano Novo não era adequado, e que, infelizmente, os prazos tinham sido ultrapassados, comprometendo a gestão dos

ATAS

calendários. Comprometeu-se, ainda assim, a evitar datas semelhantes no futuro. A seguir, contextualizou os motivos que levaram ao cancelamento da Assembleia que estava prevista para antes da presente, explicando que coincidiu com o apagão elétrico que afetou a Península Ibérica. Referiu que se dirigiu à sede da Federação ao final desse dia, mesmo com o país praticamente paralisado. Disse que encontrou o Presidente da Direção na sede, mas que rapidamente concluíram que não estavam reunidas as condições mínimas para realizar a sessão. Salientou que, devido à falha de comunicações, a Assembleia nem sequer pôde ser formalmente suspensa. Por isso, optou por remarcar para a data atual, o que acabou por contribuir para algum atraso no calendário. Antes de concluir, deixou um alerta importante sobre o processo de substituição de delegados. Recordou que existe uma janela específica para esse efeito, que decorre entre 15 de agosto e 30 de setembro, de acordo com o artigo 4.º, n.º 6 do Regulamento Eleitoral. Sublinhou que, provavelmente, não ocorrerá nenhuma nova Assembleia Geral entre a data da presente sessão (maio) e o fim dessa janela, pelo que solicitou atenção redobrada por parte dos clubes. Terminou agradecendo a presença e o comportamento dos delegados, destacando o elevado nível com que a Assembleia decorreu e de seguida deu a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção da Federação Portuguesa de Rugby começou por agradecer a confiança que os delegados demonstraram na equipa dirigente e na sua liderança pessoal. Assinalou, que a votação recentemente realizada o agradou, ainda que não na totalidade, pois entende que é necessário continuar a trabalhar para conquistar o apoio dos delegados que se encontram mais distantes ou críticos da atual Direção. Manifestou total disponibilidade para, já a partir da semana seguinte, iniciar um novo ciclo de trabalho em conjunto, sobretudo tendo em vista a próxima época desportiva. Assumiu a importância de reconhecer os erros cometidos e reforçou a vontade de analisar e acolher propostas por parte dos clubes e delegados, notando que essas têm sido escassas até ao momento, mas expressando o desejo de que passem a ser mais frequentes. No que diz respeito à intervenção de Vasco Uva, referiu que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral já tinha respondido, em parte, às questões colocadas, mas fez questão de sublinhar que, pessoalmente, está disposto a esquecer qualquer divergência em prol do rugby. Destacou a longa relação de conhecimento que mantém com Vasco Uva, reconhecendo-lhe qualidades tanto enquanto jogador como enquanto pessoa. Concluiu o seu discurso dirigindo um convite formal a Vasco Uva para se reunirem nas próximas semanas, expressando o desejo de continuar a dialogar. Reforçou que a Federação precisa de todos, especialmente daqueles que têm boas ideias e capacidade para angariar fundos. Finalizou agradecendo, uma vez mais, a todos os presentes.

Terminados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia, pelas 21 horas e 45 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai por ele e pelo secretário indicado assinada.